

# ATA DE JULGAMENTO

## CORTE ESPECIAL

ATA DA 1ª Sessão Ordinária

Em 1 de fevereiro de 2001

PRESIDENTE: EXMO SR. MINISTRO PAULO COSTA LEITE

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA: Exma. Sra. Dra. YEDDA DE LOURDES  
PEREIRA

SECRETÁRIA: Bela. AZELMA ELVIRA MONTENEGRO DE SOUZA FRANÇA

Às quatorze horas, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros ANTÔNIO DEPÁDUA RIBEIRO, NILSON NAVES, EDSON VIDIGAL, FONTES DE ALENCAR, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, BARROS MONTEIRO, HÉLIO MOSIMANN, FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, HUMBERTO GOMES DE BARROS, JOSÉ DELGADO, JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER e ELIANA CALMON, foi aberta a sessão.

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros WALDEMAR ZVEITER, MILTON LUIZ PEREIRA, CESAR ASFOR ROCHA, RUY ROSADO DE AGUIAR e VICENTE LEAL.

Licenciado o Excelentíssimo Senhor Ministro GARCIA VIEIRA.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

## PALAVRAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PAULO COSTA LEITE (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, estamos retomando as nossas atividades após um merecido período de descanso e, ao dar as boas-vindas a Suas Excelências, à Sra. Subprocuradora, aos Srs. Advogados e aos senhores funcionários, faço-o convicto de que teremos um ano de 2001 que nos propicie encontrar soluções para este Tribunal melhor cumprir a sua alta destinação constitucional.

Tenho a satisfação de proceder à abertura do ano judiciário do Superior Tribunal de Justiça, oportunidade em que passo a apresentar o relatório resumido das atividades efetuadas no exercício anterior, tal qual determina o Regimento Interno da Corte. Os Srs. Ministros receberão o relatório completo em seus gabinetes.

Estou convicto de que, sem o inestimável apoio dos eminentes Ministros, aliado a proficiente e sobre-humano trabalho, esta Corte

não teria cumprido, a contento, a missão precípua de zelar pela autoridade da lei federal e uniformizar a sua interpretação; além do mais, não teria alcançado os resultados que serão mencionados no decorrer desta exposição, nem delineado perspectivas de novas e maiores conquistas para 2001.

Como é sabido, assumi a Presidência no dia 3 de abril último, em sucessão ao insigne Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, a quem felicito, uma vez mais, pela eficiente gestão.

Na ocasião, externei, no discurso de posse, a determinação de buscar, cada vez mais, a transparência e lutar por um Tribunal que estivesse mais perto da sociedade; um Tribunal em que as pessoas pudessem confiar e onde se sentissem efetivamente atendidas nas suas demandas - enfim, o Tribunal da Cidadania. E, como objetivo primacial, propus o aprimoramento institucional, voltado a uma justiça célere, eficiente e acessível. Concomitantemente, defendi a imagem do Judiciário como Poder político, o qual precisa fazer-se ouvir com autoridade e firmeza, sem olvidar, contudo, os postulados da democracia.

Cumpram ressaltar que as ações dos Srs. Ministros e do corpo funcional, porque em harmonia estas com as aspirações da Presidência, estiveram direcionadas para as metas estabelecidas. Testemunho indiscutível da consecução de grande parte de tais metas é a elevada cifra de feitos julgados durante o ano, embora a composição do Tribunal tenha sofrido alterações, consistentes na aposentadoria dos Srs. Ministros Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira e William Andrade Patterson, tendo uma das vagas sido preenchida somente em 18 de dezembro pelo Sr. Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.

Em que pese a essa circunstância, a estatística oficial atesta que, dos 150.738 processos distribuídos, foram julgados 136.180. Em comparação aos 118.977 distribuídos em 1999, houve um crescimento de 26%.

Somando-se aos feitos julgados 17.984 agravos regimentais e embargos de declaração, conclui-se que foram proferidos, no cômputo geral, 154.164 julgamentos, fato que revela um acréscimo de 20 % em relação aos 128.042 do exercício anterior. Os números indicam a média, por relator, de 5.445 feitos julgados contra os 4.857 de 1999.

Numa visão panorâmica, levando-se em conta a atividade judicante do Tribunal desde a sua instalação, houve um aumento de 4.054%, a saber, dos 3.711 processos julgados para os aludidos 154.164. Sem dúvida, um indicador do intenso trabalho dos Srs. Ministros, tendo em vista que a composição original, 33 julgadores, permanece a mesma

quase doze anos depois.

É importante registrar que o percentual cumulativo de feitos pendentes de julgamento decresce a cada ano, como se vê nesta mostra: 1989 - 41,83% e 2000 - 8,59%.

Todavia, a par do profícuo labor judicante, o Tribunal não descurou o relacionamento com os Poderes da República, com as autoridades civis e militares, com os membros do corpo diplomático e com a sociedade, destinatária dos seus serviços.

Para tanto, acompanhou, com a valiosa intermediação da Assessoria de Articulação Parlamentar, a tramitação, nas Casas do Congresso Nacional, de projetos de lei de interesse do Judiciário como um todo e do Tribunal em particular. Ultimou o anteprojeto de lei que cria os juizados especiais na Justiça Federal.

Aqui quero dar aos Colegas a notícia de que, ontem, em conversa com o Presidente Michel Temer, foi assegurada a inclusão desse projeto nos trabalhos extraordinários do Congresso Nacional, e tudo indica, como não há nenhum tipo de oposição, que ele será aprovado nesse tempo.

Participou, ainda, da audiência pública do Senado Federal destinada a instruir o Projeto de Emenda Constitucional nº 29/2000, que introduz modificações na estrutura do Judiciário. Isso contribuiu, de certa forma, para robustecer o posicionamento que vem sendo adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e para consolidá-lo como o Tribunal da Cidadania, na ocasião em que desponta um novo Judiciário - o Poder do século XXI.

No mesmo sentido, com a prestimosa colaboração da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, o Presidente recebeu em audiência senadores, deputados, ministros de estado, secretários de estado, integrantes do Ministério Público, governadores, membros dos diversos segmentos do Judiciário nacional e chefes do Judiciário de vários países, embaixadores, advogados, delegação indígena e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros. Outrossim, foi recebido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e por outras autoridades federais.

Mediante a proficiente atuação da Assessoria de Imprensa, entrevistas foram concedidas pelo Presidente e contatos permanentes estabelecidos com órgãos da mídia local e nacional. Com isso, foram disponibilizadas matérias jornalísticas que levaram a Justiça para mais perto do povo, incluídas aí as decisões dos Senhores Ministros, mormente as de grande interesse para os cidadãos. Paralelamente, matérias e flashes informativos produzidos para o site da página do

Tribunal na Internet tornaram cada vez mais transparente a ação desta Corte de Justiça, gerando maior confiança da sociedade neste segmento do Judiciário.

Medidas estratégicas foram implementadas como a Instrução Normativa nº 5, de 18/4/2000, que estabeleceu diretrizes procedimentais para a distribuição dos feitos da competência originária e recursal do Tribunal; a Resolução nº 2, publicada na mesma data, mediante a qual foi alterada a estrutura orgânica de algumas unidades; e a Instrução Normativa nº 6, de 11/10/2000, que regulamentou procedimentos judiciais e administrativos, tudo redundando em maior equacionamento e melhoria dos serviços.

Grandes esforços envidou a área administrativa, sempre em consonância com a filosofia e objetivos da Instituição.

A Secretaria do Tribunal, sob a competente gerência do Diretor-Geral, conduziu a sua linha de ação para a melhoria da qualidade. Com tal desiderato, priorizou a otimização dos processos de trabalho, a eficiência e a eficácia dos resultados e a conseqüente satisfação dos cidadãos. Priorizou, ainda, o comprometimento e valorização dos servidores, inserindo-se aí a profissionalização dos gerentes, bem como a criação de canais de comunicação interna e de projetos voltados para a conscientização, educação e mudança de hábitos do corpo funcional. Deu especial relevo, também, à administração dos recursos financeiros e racionamento das despesas, de forma que houve considerável redução de gastos.

Merece destaque a ampliação da grande conquista do Certificado ISO 9002/94, que colocou esta Corte, no âmbito mundial, como o primeiro tribunal superior a recebê-lo. O Sistema da Qualidade, implantado na Secretaria Judiciária, inicialmente abrangia a autuação, classificação e distribuição de cinco classes de feitos originários, no entanto já foi aprovada a sua extensão para vinte e três.

Dentre os benefícios decorrentes da certificação, sobressaem a maior confiabilidade dos serviços, cujo percentual de acerto já atinge quase 100%, e a crescente celeridade na tramitação dos processos: hoje, 75% deles chegam ao relator no mesmo dia da autuação.

A tecnologia, aprimorada nos diversos setores do Tribunal, propiciou agilidade e aperfeiçoamento das atividades, gerando expressiva economia de tempo, dinheiro e pessoal. Exemplo disso é o sistema que foi desenvolvido para controlar a folha de pagamento, elencar melhores compras, ajudar os procedimentos ligados à saúde e monitorar trâmites burocráticos internos.

Constitui um passo relevante, ainda na área da informática, a

implantação da Rede Corporativa de Alta Velocidade, que substituiu os equipamentos responsáveis pela interconexão dos computadores. Gostaria de fazer um pedido aos Colegas. Dando continuidade ao que já vinha sendo feito na Administração do Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, concluiu-se agora a parte da Informática. Chegaram equipamentos novos, e seria muito interessante que os Srs. Ministros conhecessem bem o novo sistema, que tivessem ciência de como ele funciona e o que esses novos recursos propiciam tanto no plano da prestação jurisdicional quanto na esfera administrativa do Tribunal. Combinarei com os Colegas e marcarei, oportunamente, uma palestra com o Diretor da Informática, para termos uma visão melhor do sistema, porque estamos no estágio da arte, como dizem os técnicos, graças a um grande esforço que foi desenvolvido.

Desejo mais uma vez salientar a atuação do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro neste particular, que dotou o Tribunal de meios extraordinários de Informática.

Agora que tudo está completo, gostaria muito de contar com a participação dos Colegas para que pudéssemos extrair daí os melhores resultados possíveis, pois tudo está à nossa disposição exatamente para melhor prestarmos os nossos serviços aos nossos usuários e à sociedade de um modo geral.

Então, conto com a colaboração de todos no sentido de comparecerem a essa palestra e a essa visita que marcaremos e à qual daremos divulgação em breve.

A saúde, o bem-estar e a capacitação dos servidores foram aspectos defendidos e contemplados pela administração no propósito de valorizar os recursos humanos. Na verdade, pessoas saudáveis, bem assistidas e treinadas alcançam maior e mais eficiente produtividade.

Assim é que foram promovidos vários programas e palestras voltados, em especial, para a prevenção de doenças, destacando-se a IV Semana de Saúde, realizada com visível êxito.

A Secretaria de Recursos Humanos, em parceria com a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde e com a Associação dos Servidores do Tribunal, implantou o "Programa Qualidade de Vida", o qual abrange práticas antiestresse e de bom condicionamento físico. Promoveu, também, cursos, seminários e congressos relacionados com as áreas de atuação dos participantes.

O "Prêmio Servidor 2000 - Melhores Idéias", criado para incentivar a participação dos servidores no aperfeiçoamento contínuo do trabalho, selecionou três das 34 sugestões apresentadas, a saber, "Malote digital ou processo judicial semi-digital", "Sistema gerencial de

atendimento da informática" e "Compras eletrônicas".

Atento à sua função perante a sociedade, o Tribunal abriu as suas portas para hospedar seminários e simpósios nacionais e internacionais, bem como receber grupos de autoridades, de advogados, de professores e de estudantes de todo o Brasil, os quais vieram conhecer a sua Corte de Justiça e saber o que ela faz, como o faz e por que o faz.

Impende ressaltar que a Lei Orçamentária Anual nº 9.969/00 consignou ao Superior Tribunal de Justiça o orçamento global de R\$ 280.636.398,00, tendo consistido o total da execução em 99,54% do crédito autorizado.

Como se infere da sucinta exposição, há um expressivo saldo positivo no que concerne à consecução dos alvos estabelecidos. É inegável que significativos passos foram dados rumo ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à celeridade e acessibilidade da justiça.

Evidencia-se, pelo grande número de feitos julgados, que a justiça esteve, com efeito, mais ao alcance da sociedade e que o Superior Tribunal de Justiça já está sendo reconhecido como o Tribunal da Cidadania - Corte à qual os cidadãos recorrem, confiantes, na certeza de que terão os seus anseios satisfeitos.

Tudo quanto se fez é devido à conjugação de esforços dos Srs. Ministros e dos servidores. Igualmente o são todas as perspectivas de maiores realizações na segunda etapa da gestão.

Registro, portanto, os meus agradecimentos ao Sr. Ministro Nilson Naves, Vice-Presidente; ao Sr. Ministro Garcia Vieira, Diretor da Revista; ao Sr. Ministro Hélio Mosimann, Coordenador-Geral da Justiça Federal; ao Sr. Ministro Peçanha Martins, Presidente do Conselho Deliberativo do Pró-Ser; aos Srs. Ministros membros das comissões e aos demais insignes Colegas. O meu reconhecimento, também, ao Sr. Diretor-Geral, à Sra. Secretária-Geral da Presidência e aos Srs. Secretários, bem como aos outros funcionários.

E que Deus nos ajude a continuar exercendo, com eficiência, a sagrada missão de saciar aqueles que têm fome e sede de justiça.

Srs. Ministros, comunico ainda que, durante o período de recesso, o Sr. Ministro Nilson Naves e eu despachamos mais de seiscentos feitos urgentes - habeas corpus, suspensão de segurança, mandado de segurança etc.

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DR<sup>a</sup> YEDDA DE LOURDES PEREIRA (SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA: Srs. Ministros , inicialmente, quero parabenizar o Senhor Presidente pelo relatório minucioso e aberto a todos, convidando à participação para uma organização

melhor, de modo que possa ser oferecida aos jurisdicionados uma Justiça mais completa, e, ao mesmo tempo, desejar a todos boas-vindas e formular votos para que possamos, neste novo milênio, empregar toda a nossa potencialidade para restaurar o equilíbrio da nossa sociedade, rompido de maneira tão drástica com a criminalidade que avança e extravasa as fronteiras dos países.

Muito obrigada.

## J U L G A M E N T O S

Encerrou-se a sessão às 17:55 horas, tendo sido julgados 17 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 1º de fevereiro de 2001.

MINISTRO PAULO COSTA LEITE  
PRESIDENTE DA SESSÃO

Bela. AZELMA ELVIRA MONTENEGRO DE SOUZA FRANÇA  
SECRETÁRIA